

Orientação política interfere na carreira no setor público?

JUNTE-SE A MAIS DE 1 MILHÃO DE JOVENS
Por Suria Barbosa

Entre para nossa lista e receba conteúdos exclusivos e com prioridade

Digite aqui seu melhor email

TÔ DENTRO

Já pensou se a orientação política de um servidor interfere na sua função no governo? Profissionais atuantes analisam se questões e agendas políticas são prejudiciais ao trabalho no setor público, principalmente quando há mudanças de governo.

Em 2017, Gabriel Borges deixou o cargo de assessor parlamentar no Ministério da Justiça por conta da entrada de um novo ministro e conflito de ideias sobre como o trabalho deveria ser realizado. "Ele tinha uma atuação que valorizava mais os aspectos políticos, mas sem levar em conta o lado técnico. Com isso eu não poderia trabalhar", revela.

Ele conta que já trabalhou em lugares dos quais não concordava com as ações, mas isso não o afetava pessoalmente. "Por mais que eu não concordasse, tinha o respaldo técnico para a estratégia. Mas quando não o há é prejudicial, porque prestamos serviços à sociedade. A política não pode andar desacompanhada de regras e fundamentos senão é um deserviço", garante.

Gabriel avalia que no serviço público (<https://www.napratica.org.br/5-startups-que-prometem-melhorar-os-servicos-publicos/>) existem cenários que a política domina e os servidores devem servir de acordo com o interesse de cada governo, independente de suas capacidades. "Todos são analisados de acordo com suas convicções. Em alguns lugares isso é mais expressivo, em outros não".

Cargos de confiança e favores políticos

As posições em comissão, conhecidas popularmente como de confiança, exigem uma certa correlação de pensamentos, explica o professor em direito público Antônio Rodrigo Machado. "É um cargo extremamente político, então o administrador tem o direito de chamar pessoas que ele confie, que geralmente vão compartilhar os mesmos valores. É realizada uma pesquisa para saber o posicionamento e se aquela pessoa representa um pensamento político (<https://www.napratica.org.br/formas-ingressar-no-setor-publico/>) divergente da administração isso pode interferir sim", avalia.

Ele complementa que, na prática, isso costuma ocorrer em administrações menores, como as municipais, onde as pessoas tendem a se conhecer mais e as divergências políticas serem mais explícitas. Já no caso do servidor concursado, Antônio garante que, se a pessoa foi aprovada em todas as etapas de seleção, divergências ideológicas não podem interferir em sua nomeação.

Servidora concursada há doze anos da Secretaria de Desenvolvimento Social do estado de Goiás, Soraya Castro entende que a orientação partidária só traz prejuízos para o serviço público. "Porque ela faz com que nosso trabalho não seja efetivo e eu vejo que o setor público está (<https://goo.gl/7fNXzFs>) completamente corrompido, por causa de trocas de favores e cargos sendo usados como moeda de troca para concretizar agendas políticas", analisa. Ela opina que muitas vezes entram pessoas incapacitadas para atender interesses do governo.

Leia também: Conheça as 5 formas de ingressar no setor público!
(<https://www.napratica.org.br/formas-ingressar-no-setor-publico/>)

Separando o pessoal do profissional

Chefe de Gabinete do senador Major Olímpio, Coronel Miler acredita que é difícil dissociar uma pessoa de seus valores éticos e morais. "Se você é católica, por exemplo, vai levar os valores morais para sua profissão. Sua própria conduta reproduz isso. A ideologia nada mais é que seus princípios e valores. Eles podem ser filosóficos, religiosos, entre outros", explica.

Contudo, o militar opina que, à medida em que as pessoas crescem, começam a racionalizar suas ideologias. "Então, você aprende a separar os espaços. A instituição tem que saber ensinar o indivíduo a ser profissional e saber separar as crenças pessoais do exercício profissional pelo princípio da ética. Pessoas maduras conseguem realizar isso sem prejudicar a convivência harmônica", defende.

Ele compartilha que já conheceu vários servidores que trabalhavam em gabinetes de esquerda, tendo posicionamentos pessoais de direita. "Eles souberam separar e respeitar os parlamentares. Contanto que se tenha uma atitude profissional, não há problemas em haver divergências. O conflito vem quando você tenta impor suas ideias sobre o outro. Os servidores precisam ser do Estado, e não do governo", finaliza.

(<https://goo.gl/fNXzFs>)